

Comentário I

Hilario Franco Junior

Departamento de História, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo

Especialista no assunto, autora do belo *Ao sul do corpo* (Del Priore 1993), Mary Del Priore oferece-nos aqui um bem feito e atualizado *Dossiê* sobre a história do corpo. Sendo apenas um curioso, não um estudioso do tema, não temos condição de discutir nesses comentários a pertinência da leitura que ela faz da historiografia sobre o corpo. Não devemos, tampouco, sugerir que ela inclua outras obras no seu *Dossiê*, marcadamente dedicado à História Moderna: trata-se de uma opção natural decorrente da especialização da autora naquele domínio temporal. Ademais, em função de nossa própria especialização, poderíamos acrescentar apenas títulos dedicados à Idade Média (por exemplo, Goodich 1979; Razo 1981; Rossiard 1984; Jacquart e Micheau 1990).

Diante disso, devemos nos limitar a algumas observações metodológicas, bem conhecidas de Mary Del Priore, e cujo aproveitamento na elaboração desse *Dossiê* poderia, na nossa ótica, tê-lo enriquecido ainda mais. Por exemplo, apesar de lembrar a famosa lição de Lucien Febvre, segundo a qual a História é filha do seu tempo, a autora afirma, ao examinar a obra de Thomas Laqueur, que "a história do corpo pode ser ainda uma singela filha do acaso". Ora, se cada época tem "sua Grécia, sua Idade Média e seu Renascimento" (Febvre 1942: 12), não é apenas por variar historicamente a visão global do historiador sobre o passado, mas também pelas mudanças na atenção que ele dedica a determinadas facetas do mesmo passado.

A historiografia é um produto cultural que, como outro qualquer, resulta de um complexo conjunto de condições materiais e psicológicas do ambiente

individual e coletivo que a vê nascer. Assim como foi natural desenvolver-se uma história política no contexto das *pólis* gregas, uma história hagiografizante nos mosteiros medievais, uma história dinástica e nacional nas cortes monárquicas modernas, uma história econômica com a industrialização dos séculos XIX-XX, a chamada Nova História é, sem dúvida, produto dos interesses e das inquietações da segunda metade deste século. É, portanto, com razão, que a autora afirma que as motivações para se produzir aquela historiografia estão na atualidade. Mas é preciso cuidado para não se estabelecer um elo mecânico entre História e historiografia.

Assim, acreditamos não poder acompanhar nossa amiga Mary Del Priore, quando ela sugere que os historiadores atuais passaram a ver no corpo um objeto de estudo graças à atração que "ele exerce numa sociedade onde se morre, miserável e doloridamente, de males cuja cura se está longe de alcançar". Esta situação é diferente da de séculos anteriores? Antes não se morria mais miseravelmente, e sem possibilidade de curar doenças hoje controladas pelo homem? Explicar aquele novo interesse por influência da Antropologia tampouco esgota a questão: seria preciso saber por que a História tornou-se sensível às preocupações e aos métodos antropológicos. É mesmo possível pensar que foi por ter interesse pelo tema (por exemplo, Huizinga 1919; Maurizio 1932), mas não instrumentos para abordá-lo, que a História recorreu à Antropologia.

Parece-nos que o texto ora comentado tocou no ponto central para entender a gênese daquela historiografia, quando assinalou o novo interesse do público em geral pelo vivido histórico, pelos estudos sobre o cotidiano, o que teria levado a História a abrir-se à Antropologia, ciência das significações apreendidas no vivido. É verdade. Faltou contudo o passo seguinte: perguntar-se por que nestas últimas décadas os consumidores de historiografia sentem-se atraídos pela vida cotidiana do passado. Também não conhecemos a resposta, mas podemos talvez imaginar que esse fenômeno cultural esteja ligado à crescente dinâmica social do Pós-Guerra. Abriu-se desde então no mundo ocidental um novo espaço ocupado pelas mulheres e pelos operários – segmentos cuja atuação social se dá sobretudo pelo corpo, com o qual criam, transformam, permitem enfim a sobrevivência da sociedade. De fato, foi a partir dessa conscientização que despontaram reivindicações quanto ao uso do próprio corpo, quanto ao estabelecimento de novos valores sexuais.

O progresso nos estudos sobre a história do corpo reflete exatamente essa mudança no presente dos historiadores. Mas, como a autora argutamente percebe, "o imenso sucesso e a profusão de textos publicados em torno destes temas não deram lugar a uma reflexão crítica sobre o papel do corpo na história". Ela também tem razão ao dizer que o problema dos primeiros tempos da história do corpo não era a falta de documentos, e sim as perguntas que se colocavam às fontes. Mas essa deficiência ocorria apenas "nos primeiros tempos"? Tal observação não continua ainda válida? A atual historiografia sobre o corpo não estará fazendo perguntas excessivas e talvez estreitamente recortadas? Ela frequentemente não perde de vista os enquadramentos sociais do corpo? Mary Del Priore nos responde em parte essas questões, ao observar que na década de 80 os historiadores passaram a ver o corpo como "espaço constitutivo de laços sociais".

Mas isso não nos parece o bastante. Aquela historiografia deveria

considerar que o corpo, ele próprio, é formado por laços sociais, é representado, é utilizado, é tratado (ou maltratado) em função da rede social na qual está inserido. Desta forma – e esse é um aspecto que, na nossa opinião, Mary Del Priore deveria ter enfatizado no seu *Dossiê* – é preciso fazer-se não uma história do corpo *per se*, mas uma história social do corpo. A autora nos diz que mesmo depois de ter entrado na cena historiográfica, o corpo “não era ainda o ator principal”. Nem deve ser, acrescentamos. História do corpo, sim, mas de qual corpo? De camponês, de burguês ou de nobre? de leigo ou de clérigo? de homem ou de mulher? de jovem ou de velho? Não se pode esquecer que os novos e restritos objetos historiográficos (sexualidade, corpo, criança, mulher, imaginário, etc.) ganham sentido apenas se articulados com os objetos tradicionais e mais amplos (política, economia, cultura, religião, etc.). E a articulação é sempre social.

No entanto, há uma questão ainda mais importante a considerar, apesar de talvez politicamente incorreta. Se de um lado é possível e desejável que se produza uma historiografia, por exemplo, sobre a mulher, por outro lado não se deve esquecer que não existe história da mulher, apenas história do ser humano. Pela mesma razão, não pode existir história dos vencidos sem história dos vencedores, história da criança sem história do adulto ou história do corpo sem história da mente. Poder-se-ia contra-argumentar que a história dos homens, dos vencedores, dos adultos ou da mente já estão feitas, faltando exatamente os “novos objetos” para completar a globalidade desejada. Mas estudar apenas um certo protagonista da história, é tão limitador quanto estudar qualquer outro. As diversas partes da totalidade devem ser reconstituídas juntas, imbricadamente. Elas são complementares, não opostas.

É verdade que a fragmentação do objeto é indispensável para o aprofundamento dos estudos, porém isso deve ser feito sem jamais perder de vista sua interpenetração com outros objetos: “a História, o reino da justaposição” (Veyne 1971: 32). Historiador não é aquele que conhece apenas uma certa faceta do passado. É aquele que conhece o passado sob diversas facetas, articuladas. No limite, a história do corpo tem tantos objetos – nascimento, marcas de nascença, casamento, abstinência sexual, contracepção, homossexualidade, doenças, morte, representações artísticas do corpo, sono, alimentação, vestuário, odores, gestos, prazer, estética corporal, violência, deformações, exercícios físicos, nudez, corpo como produtor, corpo como consumidor, corpo como semiologia (para ficarmos nos exemplos lembrados por Mary Del Priore) – que não tem objeto algum. Ou a história do corpo continua se expandindo e absorvendo outros tipos de história, ou reconhece que já está contida naqueles tipos. Tanto numa hipótese quanto noutra, sua especificidade fica comprometida. Sua identidade desaparece.

O que dá sentido a cada corpo, em qualquer momento e qualquer cultura, é o uso social que se atribui a ele e às suas representações. Por isso grandes obras sobre o corpo são aquelas nas quais ele não é o “ator principal”. É sim, um elemento-chave que permite explicar todo um sistema. É o caso, por exemplo, do livro de Leo Steinberg, que mostra como a arte renascentista caracterizava-se por uma *ostentatio genitalium* do Cristo que se constituía em ênfase, ao mesmo tempo, no caráter humano e divino do personagem. Humano, pois ele era pensado enquanto homem completo, passível de ser submetido às

mesmas tentações dos demais, que ele no entanto sublimava. Divino, pois havia forte relação teológica e litúrgica entre o sangue decorrente de sua circuncisão e o sangue que, saído da costela do Crucificado, escorre por seus quadris. A ferida em sua costela era figurada como uma vagina, da qual nasceu a Igreja, transformando o Filho em Mãe (Steinberg 1983). Nessa obra o corpo é visto portanto como objeto de prazer (recusado), de reprodução (simbólica), de violência (real). Como modelo de comportamento.

É o caso do estudo de Claude Kappler sobre os monstros, tema que Mary Del Priore tão bem conhece, corpos deformados que na sua desordem revelam os valores essenciais da sociedade, que os imagina como inversão dos valores e dos corpos "normais" (Kappler 1980). É o caso também do livro de Natalie Davis, que ao examinar a curiosa história de Martin Guerre, mostra como a imprecisa identificação dos corpos no século XVI permitia que certos indivíduos se fizessem passar por outros (Davis 1987). É o caso ainda, para citar um último exemplo, do livro de Jean-Claude Schmitt sobre os corpos invisíveis dos fantasmas medievais. Estes estabeleciam relações entre dois planos da realidade (terrena e supraterrana, concreta e onírica) ao visitarem amigos e parentes, lembrando que os corpos vivos têm certas obrigações em relação aos corpos mortos (rituais, preces, doações, peregrinações). Desta forma, os fantasmas reforçavam a ordem ideológica e social que haviam contestado enquanto vivos: os pecados cometidos impediam-nos de terem paz *post-mortem*. Assim, a volta desses corpos incorpóreos desempenhava papel fundamental no viver dos corpos ativos (Schmitt 1994).

Em suma, os elementos que nos foram apresentados pelo texto-base levam-nos a pensar que a história do corpo enquanto tal precisa definir melhor seus limites, seus objetos, sua intersecção com outras modalidades historiográficas. Em função disso, a intenção das observações aqui feitas – repetimos, por um interessado mas não entendido no assunto – foi apenas a de, provocativamente, levar uma grande historiadora como Mary Del Priore a aprofundar e problematizar seu *Dossiê*.